

## POLÍCIA E GÊNERO: PRESENÇA FEMININA NAS PMs BRASILEIRAS

LEONARDA MUSUMECI\* E BARBARA MUSUMECI SOARES\*\*

A presença de mulheres nas polícias militares brasileiras é relativamente recente – exceção feita ao estado de São Paulo, que instituiu em 1959 um corpo feminino de guardas civis e o incorporou em 1970 aos quadros da então recém-criada PMESP. Nas demais PMs, o ingresso das mulheres se dá somente a partir do final dos anos 1970 e sobretudo do início dos 80 (ver tabela em anexo), visando originalmente cobrir certas áreas de atuação em que o policiamento masculino, essencialmente repressivo, estaria encontrando dificuldades, como o trato com crianças abandonadas ou com mulheres e adolescentes autores de infrações.

Embora a base legal para a admissão de mulheres tenha sido estabelecida ainda no período autoritário, por meio de portarias e decretos do Estado-Maior do Exército, a criação efetiva dos corpos femininos quase sempre ocorreu durante a fase de abertura política ou mesmo após a redemocratização do país – o que lhe acrescentou outros propósitos, como o de modernizar as PMs e “humanizar” sua imagem social, fortemente marcada pelo envolvimento anterior com a ditadura.

A pesquisa realizada pelo CESeC, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher (NEPEM), da Universidade de Brasília e o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e com suporte financeiro da Fundação Ford, procurou avaliar o impacto da presença feminina nas polícias militares brasileiras, combinando dois tipos abordagens: (a) um levantamento quantitativo em âmbito nacional, apoiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que resultou na montagem do primeiro banco de dados sobre as PMs brasileiras com recorte de gênero, e (b) estudos de caso em três Unidades da Federação – Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul –, utilizando métodos qualitativos de entrevistas e grupos focais.<sup>1</sup>

Neste boletim apresentam-se algumas informações do **Banco de Dados Polícia Militar e Gênero**, elaborado a partir do envio a todas as polícias militares do país de um questionário minucioso em que se solicitavam dados numéricos sobre tamanho dos efetivos masculino e feminino, seus perfis sócio-culturais, sua distribuição por graus hierárquicos e por tipos de atividades realizadas, trajetórias institucionais, desempenhos profissionais e assim por diante. Além de reunir um conhecimento antes inexistente, o levantamento quantitativo pretendeu estimular nas polícias brasileiras o hábito de incorporar a variável de gênero a suas bases de dados, pré-condição para incorporá-la a suas políticas institucionais.

\* Professora do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenadora da Área de Criminalidade e Violência do CESeC/UCAM.  
\*\* Coordenadora da Área de Segurança e Gênero do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC/UCAM).



**Limitações dos dados** Das 27 PMs, vinte devolveram o questionário preenchido; só não o fizeram as dos estados de Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e Sergipe.<sup>2</sup> Mas, apesar de o índice de retorno ter sido bastante alto, as informações enviadas raramente cobrem todos os campos do questionário e muitas vezes apresentam baixa consistência e qualidade. Infelizmente, as maiores lacunas dizem respeito exatamente aos dados sobre as mulheres policiais, já que diversos estados até então nunca haviam gerado informações diferenciadas por sexo.

Pesquisadores e gestores de políticas que utilizam dados produzidos pelos órgãos de segurança pública no Brasil defrontam-se, quase invariavelmente, com a má qualidade das informações. Já é notório o fato de registros e boletins de ocorrência das polícias civil e militar serem preenchidos de maneira negligente, o que resulta em prejuízos graves tanto para as investigações policiais como para a produção de um conhecimento mais amplo sobre os fatos criminais, suas vítimas, autores e circunstâncias. Esse problema, que alguns estados vêm buscando enfrentar com projetos de modernização e informatização dos procedimentos policiais, resulta, entre outras coisas, de uma cultura policial que ainda privilegia a força bruta em detrimento da inteligência investigativa e dá muito pouca importância ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações na área da segurança pública. Isso se reflete na subutilização dos dados gerados pelos atendimentos cotidianos, na desvalorização da informação como base para a atividade policial e até mesmo na precariedade do conhecimento sobre os recursos humanos com que contam as corporações.

Expressão da ausência de uma cultura que valorize a informação é o próprio fato de grande parte das polícias militares brasileiras ter incorporado mulheres aos seus quadros há mais de vinte anos e até hoje não organizar suas bases de dados considerando a variável de gênero. A escassez de informações específicas sobre as mulheres policiais é reveladora de um fato ainda mais grave, evidenciado pela pesquisa qualitativa, que é ausência de um planejamento racional de incorporação de mulheres e de qualquer perspectiva de avaliação da experiência de absorção do contingente feminino.

O preenchimento do questionário enviado às PMs não foge, portanto, à regra. Mesmo os estados que responderam à solicitação, com poucas exceções devolveram formulários incompletos e em muitos casos contendo dados incongruentes. Algumas UFs deixaram em branco seções inteiras do questionário, ou simplesmente desconsideraram a desagregação por gênero, informando números relativos aos efetivos masculino e feminino somados.

Diversos problemas tornaram necessário eliminar da análise uma parte dos dados coletados.<sup>3</sup> Mesmo aqueles que foi possível aproveitar, apresentados a seguir, devem ser utilizados com muita cautela, pois não sabemos com que grau de fidedignidade foram produzidos na fonte. Apesar disso, é importante ressaltar os esforços de algumas PMs, que não só preencheram integralmente ou quase integralmente o questionário, como adicionaram documentos variados – legislação, teses, relatórios etc. –, de grande utilidade para a pesquisa.<sup>4</sup> Também é importante sublinhar que, apesar das suas limitações, os dados obtidos permitiram traçar um primeiro perfil dos efetivos policiais militares brasileiros com recorte de gênero, estabelecendo um modelo a ser desenvolvido e aperfeiçoado por novos estudos.

**Quantas são as policiais militares femininas?** No segundo semestre de 2003, as PMs que enviaram informações (21, contando Minas Gerais) reuniam 24.315 mulheres e 322.274 homens na ativa, o que correspondia a uma participação feminina de 7%.<sup>3</sup> A **Tabela 1** retrata em números absolutos e em percentuais a composição por gênero do efetivo policial militar, no total e em cada uma das UFs consideradas.

Tabela 1

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR GÊNERO  
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – C. 2003 \***

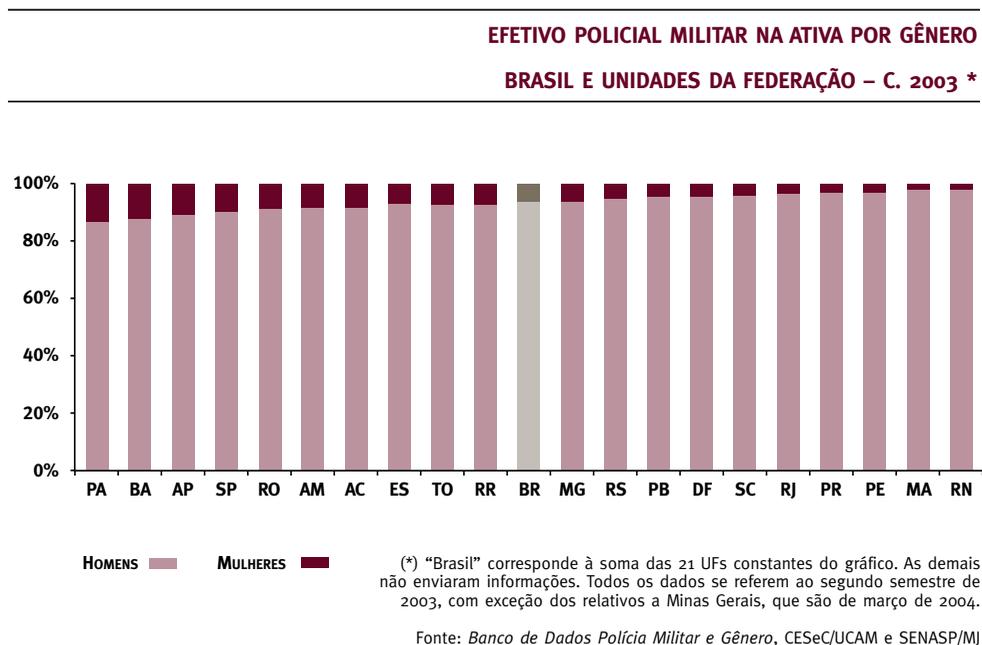
UF	Nº			%		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AC	2.268	210	2.478	91,5	8,5	100,0
AM	5.906	559	6.465	91,4	8,6	100,0
AP	2.339	293	2.632	88,9	11,1	100,0
BA	26.554	3.661	30.215	87,9	12,1	100,0
CE	12.492	191	12.683	98,5	1,5	100,0
DF	13.757	685	14.442	95,3	4,7	100,0
ES	6.802	548	7.350	92,5	7,5	100,0
MA	7.057	196	7.253	97,3	2,7	100,0
MG	34.271	2.429	36.700	93,4	6,6	100,0
PA	10.310	1.595	11.905	86,6	13,4	100,0
PB	7.681	396	8.077	95,1	4,9	100,0
PE	15.955	545	16.500	96,7	3,3	100,0
PR	16.005	548	16.553	96,7	3,3	100,0
RJ	36.709	1.517	38.226	96,0	4,0	100,0
RN	7.537	193	7.730	97,5	2,5	100,0
RO	3.760	379	4.139	90,8	9,2	100,0
RR	1.362	106	1.468	92,8	7,2	100,0
RS	18.765	1.143	19.908	94,3	5,7	100,0
SC	11.172	472	11.644	95,9	4,1	100,0
SP	78.517	8.406	86.923	90,3	9,7	100,0
TO	3.055	243	3.298	92,6	7,4	100,0
BR	322.274	24.315	346.589	93,0	7,0	100,0

(\*) "Brasil" corresponde à soma das 21 UFs constantes da tabela. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de março de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Pará, Bahia e Amapá, como se pode ver, são os três únicos estados em que a percentagem de policiais femininas ultrapassa o limite dos 10% – embora, em números absolutos, São Paulo tenha o maior efetivo de mulheres do país. O **Gráfico 1** permite visualizar melhor os estados com participações femininas superiores e inferiores à média brasileira (vale dizer, à média das 21 UFs que enviaram informações).

Gráfico 1

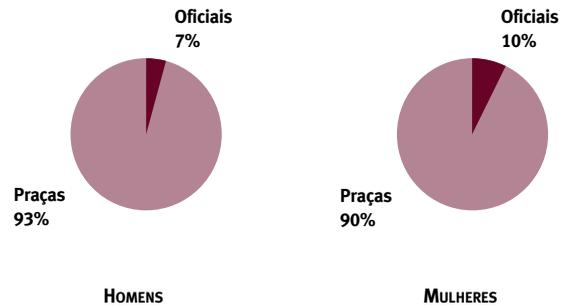


## Superiores ou subalternas?

Como mostra o **Gráfico 2**, a proporção de oficiais no efetivo feminino é ligeiramente maior que no masculino. Essa proporção varia bastante, porém, entre as diversas UFs, sobretudo no grupo de mulheres. A PM do Rio de Janeiro é um caso extremo, com 40% do efetivo feminino no oficialato, contra apenas 7% do efetivo masculino – diferença muito maior que a registrada nas demais PMs, mesmo nas do Rio Grande do Norte, de Tocantins e da Paraíba, em que a percentagem de mulheres oficiais ultrapassa 20%, enquanto a de homens oficiais não chega a 8%. O relatório da pesquisa sobre o Rio de Janeiro sugere que a desproporcionada parcela de oficiais femininas naquele estado pode ter relação com a política local de confinamento das PMFem às atividades internas, derivando em menor interesse institucional pela absorção de mulheres praças. E, como veremos mais adiante, quando se comparam as UFs que enviaram informações sobre as duas variáveis, há, de fato, correlação entre a percentagem de oficiais no efetivo feminino e a parcela desse efetivo alocada em atividades-meio. No conjunto das PMs, entretanto, a distribuição das mulheres por círculos hierárquicos, assim como a sua distribuição entre atividades-meio e fim (ver **Gráfico 9**), não se distancia gritantemente daquela registrada no efetivo policial masculino.

Gráfico 2

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR CÍRCULOS HIERÁRQUICOS, SEGUNDO GÊNERO - BRASIL, 21 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – C. 2003 \***



(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de março de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

**Soldados ou coronéis?**

Se a proporção de mulheres oficiais é maior que a de homens, ocorre, por outro lado, que o acesso das policiais femininas às posições mais elevadas do oficialato – coronel, tenente-coronel e major – ainda é extremamente limitado em nosso país.<sup>6</sup> Dentro do círculo de oficiais, a maior participação feminina se verifica, como mostram a **Tabela 2** e o **Gráfico 3**, no posto de tenente (sobretudo de 1º tenente), o que reflete não apenas o ingresso relativamente recente das mulheres, mas também assimetrias nos ritmos de progressão hierárquica, determinando um decréscimo da parcela feminina à medida que se elevam as patentes do oficialato. Já entre as praças, não se verifica a mesma tendência. As percentagens de mulheres em todas as graduações são bastante semelhantes, com uma participação apenas ligeiramente maior no grau de soldado, isto é, na base da hierarquia policial militar. Como as promoções de praças se dão, normalmente, por tempo de serviço e as de oficiais combinam o critério de antigüidade com o de merecimento, esses dados podem ser indicativos das resistências enfrentadas pelas oficiais femininas no seu percurso ascendente dentro das PMs. Em alguma medida, expressam as barreiras, tantas vezes apontadas na pesquisa qualitativa, que dificultam seu acesso a posições de comando e aos postos de maior distinção.



Tabela 2

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR PATENTE OU GRADUAÇÃO, SEGUNDO GÊNERO**  
**BRASIL, 21 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – C. 2003 \***

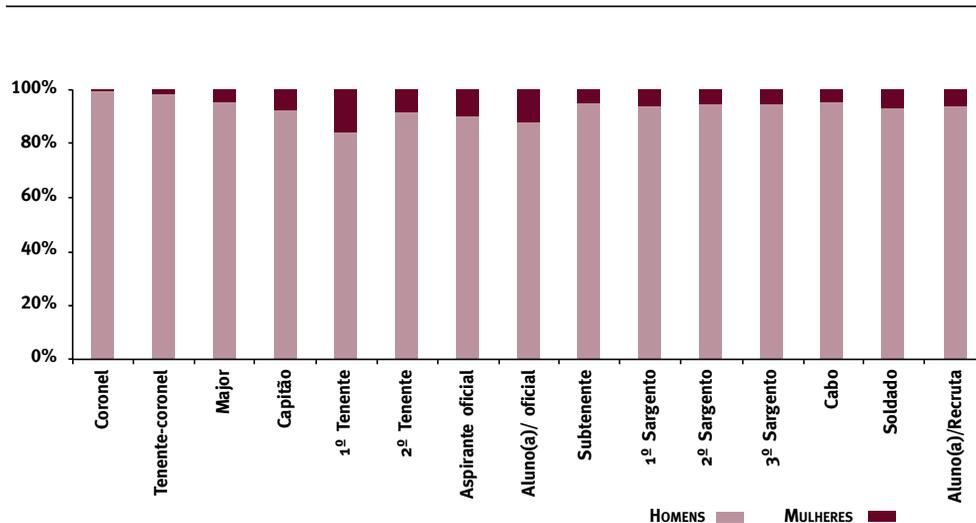
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CORONEL	411	3	414
TENENTE-CORONEL	1.264	24	1.288
MAJOR	2.286	117	2.403
CAPITÃO	5.116	461	5.577
1º TENENTE	5.768	1.112	6.880
2º TENENTE	3.692	371	4.063
ASPIRANTE OFICIAL	662	77	739
ALUNO(A) OFICIAL	1.985	282	2.267
SUBTENENTE	3.357	192	3.549
1º SARGENTO	17.917	1.239	19.156
2º SARGENTO	15.714	927	16.641
3º SARGENTO	23.287	1.365	24.652
CABO	44.851	2.616	47.467
SOLDADO	186.712	15.017	201.729
ALUNO(A)/ RECRUTA	9.882	740	10.622
<b>TOTAL</b>	<b>322.904</b>	<b>24.543</b>	<b>347.447</b>

(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de março de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Gráfico 3

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR GÊNERO, SEGUNDO PATENTE OU GRADUAÇÃO**  
**BRASIL, 21 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – C. 2003 \***



(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de março de 2004.  
 Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

## Jovem PMFem

Como a maior parte das Polícias Militares franqueou o acesso às mulheres nos anos 1980, é natural que o perfil das policiais femininas seja mais jovem que o dos policiais masculinos: em 16 UFs com informações válidas, 95% das mulheres tinham menos de 40 anos de idade e quase metade do total (47,2%) tinha menos de 30 anos, enquanto entre os homens esses percentuais eram, respectivamente, de 74,3 e de 30,9%. A **Tabela 3** e o **Gráfico 4** retratam a defasagem etária entre os efetivos masculino e feminino das 16 PMs consideradas.

Tabela 3

### EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO GÊNERO BRASIL, 16 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – DEZEMBRO DE 2002 \*

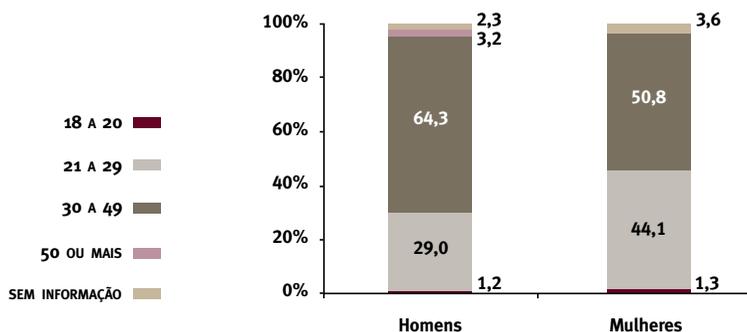
FAIXA ETÁRIA (ANOS)	Nº		%	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
18 A 20	1.955	140	1,2	1,3
21 A 24	16.969	1.292	10,4	12,5
25 A 29	30.378	3.284	18,6	31,7
30 A 39	69.124	4.805	42,3	46,3
40 A 49	35.853	469	22,0	4,5
50 A 59	5.122	4	3,1	0,0
60 OU MAIS	52	0	0,0	0,0
SEM INFORMAÇÃO	3.786	378	2,3	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>163.239</b>	<b>10.372</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O Estado de Pernambuco foi excluído desta tabela porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Gráfico 4

### EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO GÊNERO BRASIL, 16 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – DEZEMBRO DE 2002 \*



(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O Estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

## Viés racial na PM?

Do ponto de vista racial, não parece haver variações muito importantes entre homens e mulheres. Cabe ressaltar, porém, que apenas 11 Unidades da Federação preencheram com razoável consistência o quadro referente a raça ou cor, desagregado por gênero, o que torna os dados bem pouco representativos do país como um todo, inclusive porque nenhuma PM da região Centro-Oeste respondeu à pergunta. No conjunto dos 11 estados com informações válidas, a diferença mais expressiva que se observa não é entre os sexos, e sim entre os círculos hierárquicos: tanto no efetivo masculino quanto no feminino, a proporção de oficiais brancos(as) é significativamente superior à de praças brancos(as), o contrário ocorrendo no caso dos(as) pretos(as) e pardos(as), cuja participação é bem maior entre as praças que entre os(as) oficiais (Tabela 4).

Tabela 4

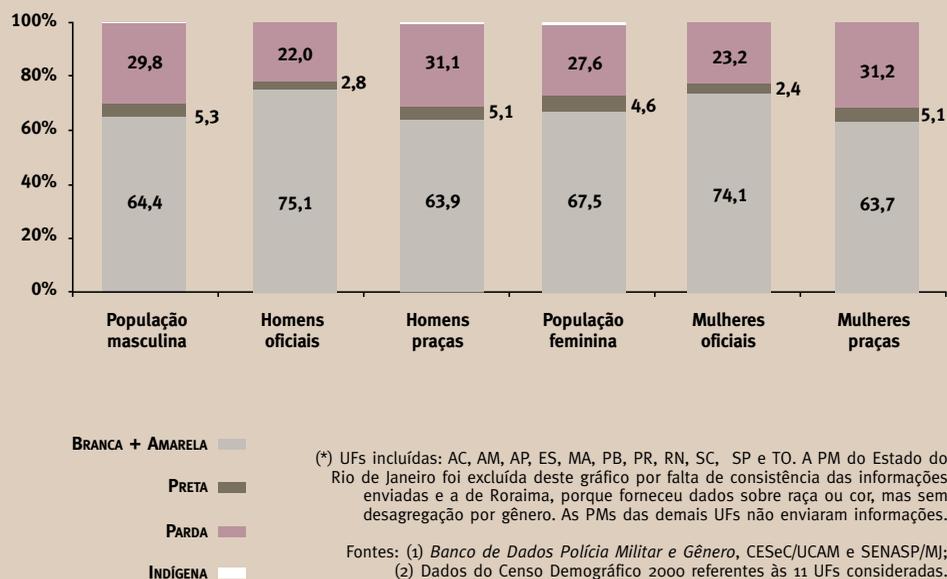
<b>EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR RAÇA OU COR, SEGUNDO GÊNERO E CÍRCULO HIERÁRQUICO BRASIL, 11 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 *</b>												
	HOMENS						MULHERES					
	OFICIAIS		PRAÇAS		TOTAL		OFICIAIS		PRAÇAS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>BRANCA</b>	6.790	71,6	81.988	60,7	88.778	61,4	572	69,8	6.771	59,5	7.343	60,2
<b>PRETA</b>	263	2,8	6.850	5,1	7.113	4,9	20	2,4	582	5,1	602	4,9
<b>PARDA</b>	2.089	22,0	41.927	31,1	44.016	30,5	190	23,2	3.545	31,2	3.735	30,6
<b>AMARELA</b>	335	3,5	3.848	2,8	4.183	2,9	35	4,3	477	4,2	512	4,2
<b>INDÍGENA</b>	5	0,1	406	0,3	411	0,3	2	0,2	4	0,0	6	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>9.482</b>	<b>100,0</b>	<b>135.019</b>	<b>100,0</b>	<b>144.501</b>	<b>100,0</b>	<b>819</b>	<b>100,0</b>	<b>11.379</b>	<b>100,0</b>	<b>12.198</b>	<b>100,0</b>

(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O Estado do Rio de Janeiro foi excluído desta tabela por falta de consistência das informações enviadas e o de Roraima, porque forneceu dados sobre raça ou cor, mas sem desagregação por gênero. As demais UFs não enviaram informações.  
Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Apesar de as classificações raciais das PMs não serem auto-atribuídas como as do IBGE, é interessante comparar os perfis acima aos registrados pelo Censo Demográfico de 2000 nas mesmas 11 UFs, considerando-se as populações masculina e feminina em idade compatível (18 anos ou mais). Observa-se que, em relação às populações estaduais, há de fato uma sobre-representação das pessoas classificadas como brancas ou amarelas e uma sub-representação das classificadas como pretas ou pardas no oficialato policial militar de ambos os sexos, o que não ocorre no círculo de praças, cujo perfil é muito parecido com o da população total: quase idêntico, no caso dos homens, e com ligeira sobre-representação de pessoas classificadas como pretas ou pardas, no caso das mulheres (Gráfico 5).

Gráfico 5

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR RAÇA OU COR, SEGUNDO GÊNERO E CÍRCULO HIERÁRQUICO, COMPARADO ÀS POPULAÇÕES MASCULINA E FEMININA COM 18 ANOS OU MAIS DE IDADE BRASIL, 11 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2000 E 2003 \***



Levando em conta que boa parte dos estados já exige o mesmo nível de escolaridade (segundo grau completo) para o ingresso nos dois círculos e que, por isso mesmo, a escolaridade média das praças de polícia, especialmente das femininas, é muito superior à da população adulta total (ver **Gráfico 8**, adiante), a sub-representação dos negros e negras no oficialato cada vez menos poderá ser atribuída à deficiência de “capital humano”. Seria importante, aliás, acompanhar a evolução do perfil racial das polícias militares nos próximos anos para verificar se o aumento geral de escolaridade está reduzindo a diferença entre os círculos, ou se barreiras de raça, de classe ou de ambas combinadas, independentemente do nível educacional, continuam dificultando o acesso de policiais negros(as) ao “andar de cima” das corporações. Decerto também seria importante averiguar se as 11 UFs que enviaram dados válidos são representativas do país como um todo, ou se, nas outras 16, a composição racial das PMs difere substancialmente do quadro traçado aqui.

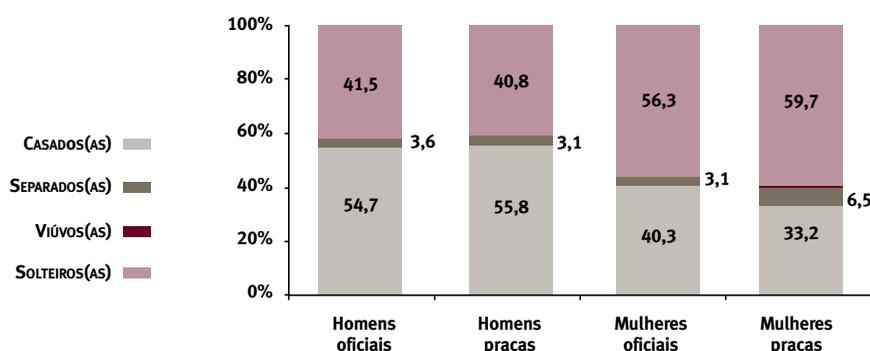


## Casadas ou solteiras?

Se o perfil racial do efetivo varia pouco por sexo, não se pode dizer o mesmo quanto ao estado civil. Nesse item, o corte de gênero prevalece claramente sobre as diferenças entre praças e oficiais, ainda que haja uma proporção de mulheres separadas maior no primeiro círculo do que no segundo (**Gráfico 6**). Parte das diferenças de estado civil entre os policiais masculinos e femininos deve-se, muito provavelmente, ao fato de as mulheres terem ingressado há menos tempo na PM e, em função disso, como foi visto no gráfico relativo à idade, serem em média mais jovens do que os homens.

Gráfico 6

### EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR ESTADO CIVIL, SEGUNDO GÊNERO E CÍRCULO HIERÁRQUICO BRASIL, 13 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 \*



(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, DF, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O Estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre estado civil, mas não desagregados por gênero, e o de Roraima porque só forneceu dados para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

## Quem disse que praça de polícia não estuda?

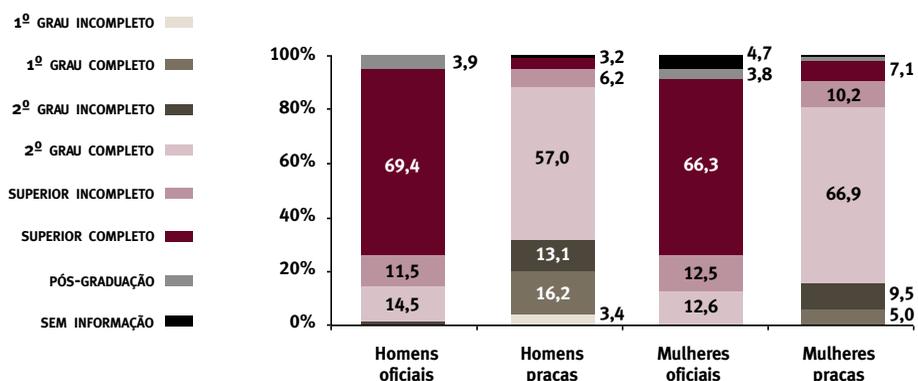
O **Gráfico 7** mostra que, dentro do círculo de praças, em 14 UFs, a escolaridade das mulheres é significativamente mais alta que a dos homens – registrando-se inclusive uma expressiva parcela de praças femininas (18,3%, contra 10,3% de masculinas) com nível superior completo ou incompleto, ou mesmo com pós-graduação. Essa defasagem, em parte, expressa mudanças nos critérios de seleção das próprias PMs, que em concursos mais recentes passaram a exigir níveis educacionais mais altos. Mas ela sugere também que um dos impactos da presença feminina pode estar sendo a maior qualificação do efetivo, em termos de educação formal – quer pelo ingresso de mulheres com escolaridade mais alta que a requerida, talvez em função de um leque mais estreito de alternativas no mercado de trabalho, quer pelo maior investimento feminino no aumento de escolarização ao longo da própria carreira de praça PM.

Já as diferenças entre oficiais dos dois sexos são bem menos expressivas, cabendo lembrar que o curso de entrada para o oficialato é reconhecido pelo MEC como equivalente à graduação universitária, logo não seria mesmo de esperar a ocorrência de defasagens muito acentuadas dentro

desse círculo. Embora, nele, a proporção de homens com ensino superior completo seja ligeiramente maior que a de mulheres, a coluna do gráfico relativa às oficiais femininas contém uma parcela de casos sem informação suficientemente grande (4,7%) para comprometer a comparação, sobretudo se essa parcela concentrar níveis de escolaridade mais elevados.

Gráfico 7

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE,  
SEGUNDO GÊNERO E CÍRCULO HIERÁRQUICO  
BRASIL, 14 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 \***



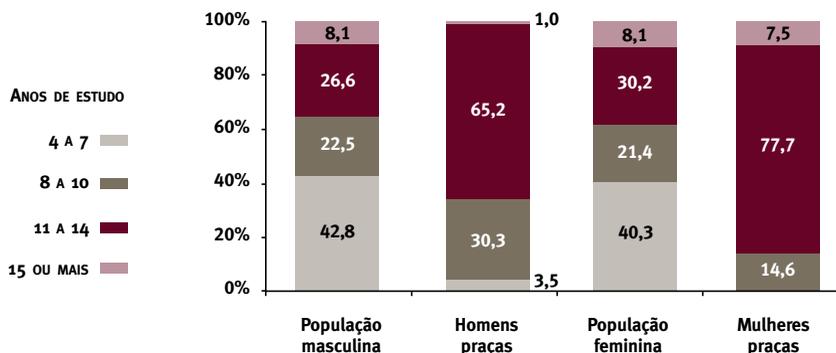
(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, DF, ES, MA, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. O Estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Voltando às praças, é interessante fazer uma comparação do seu perfil educacional com o da população das mesmas 14 UFs, considerando-se a parcela dos habitantes com idade mínima (18 anos) e escolaridade mínima (4 anos de estudo) compatíveis com as do efetivo de praças das polícias militares estaduais. Para possibilitar essa comparação, é necessário reorganizar os dados das PMs de acordo com os recortes utilizados nas tabelas do Censo Demográfico de 2000, isto é, por grupos de anos de estudo.<sup>7</sup> O **Gráfico 8** mostra que a escolaridade média das praças de polícia, tanto homens quanto mulheres, é muito superior à da população em geral – o que decorre obviamente do fato de diversas PMs já exigirem segundo grau completo (11 anos de estudo) mesmo nos concursos para soldado. Bem mais significativo que isso é o fato de a percentagem de mulheres praças com nível universitário completo ou pós-graduação (15 anos ou mais de estudo) ser muito próxima da registrada na população feminina da mesma faixa etária, diferentemente do que ocorre no grupo dos homens praças, em que a parcela de alta escolaridade é muito inferior à do conjunto da população masculina com 18 anos ou mais de idade.<sup>8</sup>

Gráfico 8

**EFETIVO DE PRAÇAS PM NA ATIVA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO GÊNERO, COMPARADO ÀS POPULAÇÕES MASCULINA E FEMININA COM 18 ANOS OU MAIS DE IDADE  
BRASIL, 14 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2000 E 2003 \***



(\*) UFs incluídas: AC, AM, AP, BA, DF, ES, MA, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. A PM do Estado de Pernambuco foi excluída deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As das demais UFs não enviaram informações.

Fontes: (1) Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ;  
(2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 14 UFs consideradas.

**Como estão alocadas as mulheres PMs?**

Quem conhece somente a PM do Rio de Janeiro pode ficar com a impressão de que as policiais militares, com raras exceções, estão dentro dos quartéis ou cedidas a outros órgãos públicos, cumprindo funções pouco operacionais e desenvolvendo sobretudo atividades de natureza burocrática. Lamentavelmente, a PMERJ até hoje não tem estatísticas sobre o tipo de alocação (atividade-meio ou fim) desagregadas por gênero, mas foi consensual em todas as entrevistas realizadas no estado, tanto com homens quanto com mulheres, a afirmação de que há pouquíssimas PMFem trabalhando nas ruas e menos ainda em atividades rotineiras de policiamento ostensivo.

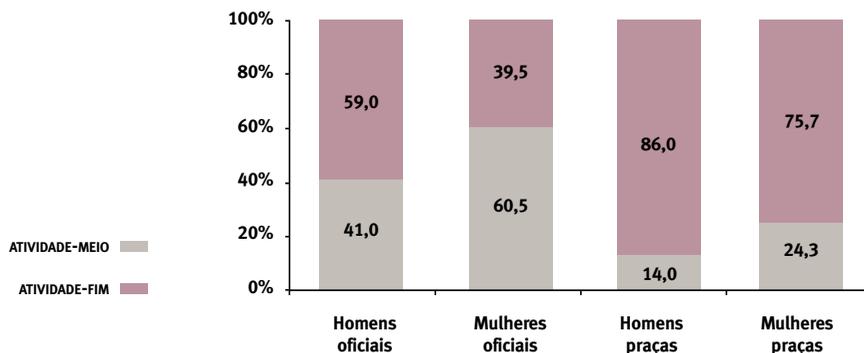
Seria um engano, contudo, deduzir que o confinamento das mulheres à burocracia se repete em todo o país. É verdade que, das 14 UFs que enviaram dados válidos sobre alocação do efetivo, algumas informaram proporções altíssimas de mulheres em atividades-meio, como Ceará (100%), Tocantins (89,6%), Rio Grande do Norte (85,5%) e Paraíba (69,9%), mas outras, em contrapartida, reportaram percentagens baixas, com destaque para Roraima, onde apenas 11,3% das policiais militares femininas desempenhariam atividades-meio; São Paulo, onde essa percentagem seria de 16,2% e Bahia, onde ela seria de 21,4%.

Quando se consideram as 14 UFs em conjunto (**Gráfico 9**), se é visível a alocação predominante de mulheres oficiais nas atividades-meio, é muito expressiva, por outro lado, a percentagem de mulheres praças em atividades-fim (75,7%), mesmo em comparação com a registrada no efetivo masculino de praças (86%). Provavelmente o entendimento do que sejam atividades fim e meio varia de um estado para outro: funções como planejamento, ensino e instrução, correição ou atendimento telefônico nas centrais de emergência podem ter sido classificadas de diferentes maneiras por quem preencheu os questionários. Mas, supondo-se que tenha havido uma certa convergência de percepções, no sentido de identificar atividade-fim sobretudo ao policiamento das ruas, os dados indicam que, na maioria dessas

UFs, as praças femininas vêm exercendo predominantemente funções de polícia, não de meras “secretárias” – como se autocalificaram criticamente algumas das policiais ouvidas no Estado do Rio.

Gráfico 9

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR NATUREZA DA ATIVIDADE, SEGUNDO GÊNERO E CÍRCULO HIERÁRQUICO. BRASIL, 14 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 \***



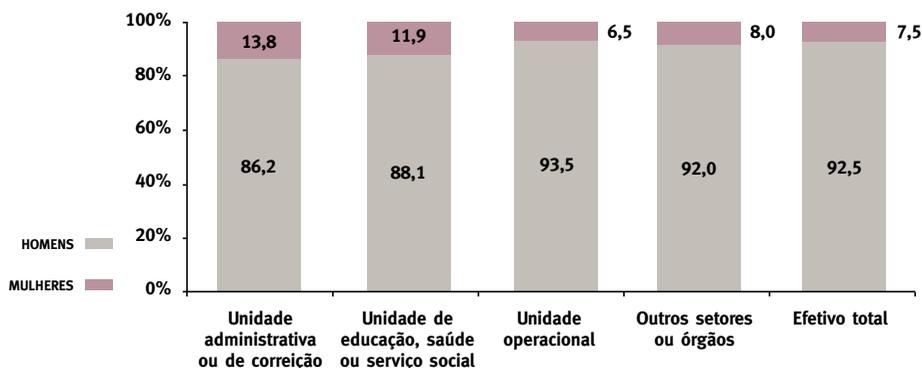
(\*) UFs incluídas: AC, AM, BA, CE, DF, ES, MA, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre natureza da atividade, mas não desagregados por gênero; o do Rio Grande do Sul, porque só informou os números relativos a atividades-fim. As demais UFs não enviaram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

A distribuição dos efetivos segundo setor de atividade, embora não esclareça se as funções desenvolvidas são internas ou externas, reforça essa hipótese de que, em boa parte das UFs, as mulheres estão sendo majoritariamente alocadas em atividades de policiamento e não em tarefas administrativas, como no caso do Rio de Janeiro e de alguns outros estados. Observe-se que, apesar de ser pequena a participação de mulheres no efetivo das unidades operacionais regulares ou especiais (Gráfico 10), mais de 70% das policiais femininas trabalhavam em unidades desse tipo no segundo semestre de 2003 (Tabela 6).<sup>9</sup>

Gráfico 10

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR GÊNERO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE BRASIL, 16 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 \***



(\*) UFs incluídas: AC, AM, BA, CE, DF, ES, MA, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. O estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações. Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

Tabela 6

**EFETIVO POLICIAL MILITAR NA ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO GÊNERO****BRASIL, 16 UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003 \***

	Nº		%	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>UNIDADE OPERACIONAL</b>	<b>164.071</b>	<b>12.130</b>	<b>75,0</b>	<b>68,1</b>
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA</b>	<b>14.851</b>	<b>2.476</b>	<b>6,8</b>	<b>13,9</b>
<b>UNIDADE DE EDUCAÇÃO</b>	<b>12.514</b>	<b>1.018</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>
<b>UNIDADE DE SAÚDE</b>	<b>3.295</b>	<b>899</b>	<b>1,5</b>	<b>5,0</b>
<b>UNIDADE OPERACIONAL ESPECIAL</b>	<b>19.956</b>	<b>716</b>	<b>9,1</b>	<b>4,0</b>
<b>UNIDADE DE SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>199</b>	<b>245</b>	<b>0,1</b>	<b>1,4</b>
<b>UNIDADE DE CORREIÇÃO</b>	<b>1.338</b>	<b>112</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>
<b>OUTROS</b>	<b>2.425</b>	<b>211</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>218.649</b>	<b>17.807</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(\*) UFs incluídas: AC, AM, BA, CE, DF, ES, MA, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. O estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos desta tabela porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

### Um longo caminho a percorrer

Em síntese, pode-se resumir nos seguintes termos o panorama da presença feminina nas PMs que enviaram dados para a pesquisa: representando uma parcela muito reduzida das forças policiais militares, as mulheres, com poucas exceções, ainda estão longe de chegar aos degraus superiores das corporações e, portanto, de poder influir na condução das políticas e nas tomadas de decisão. Por serem mais jovens, elas ainda não atravessaram, em conjunto, todas as etapas que conduzem aos postos mais elevados. Por serem mulheres, encontram dificuldades adicionais que tornam esse processo mais demorado.

As policiais femininas apresentam, em média, um nível de escolaridade superior ao dos homens. Do ponto de vista racial, as diferenças entre homens e mulheres são muito pequenas, bem menos significativas do que as que há entre praças e oficiais de ambos os sexos, estando os(as) pretos(as) e pardos(as) claramente sub-representados(as) no círculo hierárquico superior. Entretanto, como ainda persistem diferenciais de escolaridade mínima entre os dois círculos, só daqui a alguns anos será possível verificar se a variável racial isolada tem ou não um peso importante nas chances de acesso ao oficialato. As praças, por seu turno, apresentam um perfil de raça ou cor muito semelhante ao da população adulta total.

Embora tenham ingressado nas PMs com incumbências específicas, as mulheres, com o passar do tempo, foram assumindo posições diversificadas e dispersando-se por várias unidades das corporações. Mais de 70% delas atuam, hoje, em unidades operacionais. Se a proporção de oficiais incumbidas das atividades-meio é nitidamente superior à de seus colegas masculinos, o mesmo não acontece com as mulheres praças, que, em sua maioria, atuam em atividades-fim, numa proporção não muito inferior à dos homens.

Como foi visto, as informações numéricas obtidas no levantamento nacional deixam muito a desejar quanto à cobertura e à qualidade, mas, ainda assim, permitem traçar um primeiro retrato das polícias militares com recorte de gênero. A dificuldade de boa parte das PMs em fornecer dados fundamentais sobre o perfil de seus(suas) agentes e sobre a situação em que se encontram é reveladora da ausência de controle estatístico sobre os recursos humanos, conseqüentemente da inexistência de uma política institucional que leve em conta a presença das mulheres e que seja capaz de avaliar o impacto dessa presença. Evidencia-se, portanto, a necessidade de todas Polícias Militares melhorarem seus sistemas de geração de informações e incorporarem a eles a variável de gênero – o que pode ser estimulado pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) através da replicação, a cada dois ou três anos, de um levantamento detalhado sobre o perfil dos efetivos policiais masculinos e femininos em todo o país ■

#### Notas

1. A pesquisa *Mulheres policiais: impactos da presença feminina nas polícias militares brasileiras*, coordenada pelas autoras, contou com a participação de Lourdes Bandeira e Níveo Caixeta, da UnB; de Márcia Calazans e Aline Sudbrack, da UFRGS; e de Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva, pelo CESeC. Teve além disso a colaboração de Regina Novaes e Marilena Cunha, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), que realizaram os grupos focais no Rio de Janeiro.
2. Minas Gerais enviou dados somente a respeito da distribuição do efetivo total por gênero e por patentes/graduações.
3. Por esse motivo, em cada tabela ou gráfico a seguir, indicam-se quantas e quais UFs foram consideradas, já que as UFs com dados aproveitáveis variam conforme o tipo de informação.
4. As autoras agradecem em especial à Polícia Militar do Estado da Bahia, pelo envio espontâneo de um vasto material complementar. O grau de preenchimento dos questionários pelas UFs pode ser percebido na frequência maior ou menor com que elas figuram nos rodapés dos gráficos e tabelas deste boletim, sendo que apenas 9 estados aparecem em todos eles: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.
5. Salvo no caso de alguns itens, em que se predefiniu como referência o dia 31 de dezembro de 2002 ou o ano todo de 2002, solicitou-se às PMs que contabilizassem os números correspondentes à última informação disponível e anotassem a data da mesma. Temíamos perder muitos dados se fixássemos uma data de referência única para todos os campos do questionário e para todas as 27 polícias, por isso preferimos correr o risco de dispersar temporalmente as informações. Felizmente, apesar de a data ter ficado em aberto, houve uma convergência temporal significativa dos dados obtidos: os meses variam, mas são todos do segundo semestre de 2003. A única exceção é o estado de Minas Gerais, que enviou informações referentes a março de 2004.
6. Das três únicas coronéis que havia nas 21 UFs analisadas, duas eram da PM de São Paulo e uma da de Rondônia.
7. Foram eliminados, na distribuição da PM, os casos sem informação de escolaridade e, na distribuição do Censo, os números relativos às categorias “sem instrução e menos de 1 ano de estudo”, “1 a 3 anos de estudo” e “anos de estudo não determinados”. A correspondência aproximativa que estabelecemos entre os intervalos do Censo e os da PM é a seguinte: 4 a 7 anos de estudo = primeiro grau incompleto; 8 a 10 anos de estudo = primeiro grau completo + segundo grau incompleto; 11 a 14 anos de estudo = segundo grau completo + superior incompleto; 15 anos ou mais de estudo = superior completo + pós-graduação.
8. O IBGE corta o último intervalo em 15 anos de estudo porque a maior parte dos cursos universitários tem duração de 4 anos. Cabe assinalar, porém, que com frequência os(as) policiais militares optam pelo curso de Direito, cuja duração é de 5 anos, logo a penúltima faixa de escolaridade das praças masculinas e femininas, mostrada no Gráfico 8, pode incluir uma parcela significativa de pessoas com 15 anos de estudo, mas com formação universitária ainda incompleta.
9. Poder-se-ia supor que, mesmo quando trabalham em unidades operacionais, as mulheres desenvolvem sobretudo funções internas. No entanto, quando se comparam as 14 PMs que enviaram os dois tipos de informações, verifica-se uma alta correlação entre percentagem do efetivo feminino alocada em unidades operacionais e percentagem alocada em atividades-fim (coeficiente de Pearson = 0,9802). Também é alta a correlação, nas mesmas UFs, entre parcela de mulheres no oficialato e proporção das que desempenham atividades-meio (Pearson = 0,7748). Evidentemente, persiste o problema, já assinalado, de saber até que ponto são convergentes os critérios usados pelas diversas UFs para definir o que sejam atividades-meio e fim.

Anexo

**O INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES BRASILEIRAS**

ANO DA LEI FACULTANDO OU REGULAMENTANDO O INGRESSO DE MULHERES	ANO DE INGRESSO DE MULHERES	QUADROS MASCULINO E FEMININO UNIFICADOS?	ANO DE UNIFICAÇÃO DOS QUADROS	A PROPORÇÃO DE MULHERES NO EFETIVO É LIMITADA POR LEI?	
AC	1990	1985	SIM	1988	NÃO
AL	NI	NI	NI	NI	NI
AM	1982	1982	SIM	1982	NÃO
AP	1984	1989	NI	NI	NÃO
BA	NI	NI	SIM	NI	NÃO
CE	1985	1994	SIM	2000	NÃO
DF	1983	1983	SIM	1998	SIM, EM 10%
ES	1983	1983	SIM	1990	NÃO
GO	NI	NI	NI	NI	NI
MA	1982	1982	SIM	2001	SIM, EM 10%
MG	NI	NI	NI	NI	NI
MS	NI	NI	NI	NI	NI
MT	NI	NI	NI	NI	NI
PA	NI	NI	NI	NI	NI
PB	1986	1987	NÃO	-	SIM, EM 5%
PE	1993	1993	SIM	2000	NÃO
PI	NI	NI	NI	NI	NI
PR	1978	1978	SIM	2000	SIM, EM 6%
RJ	1981	1982	SIM	1993	NÃO
RN	1986	1987	NÃO	-	NÃO
RO	NI	NI	NI	NI	NI
RR	1999	2000	SIM	2000	SIM, EM 4%
RS	1985	1986	SIM	1997	NÃO
SC	1983	1983	SIM	1998	SIM, EM 6%
SE	NI	NI	NI	NI	NI
SP	1959	1959	NÃO	-	NÃO
TO	1989	1986	SIM	1996	NÃO

NI = Não informado  
 Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
 UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 Centro - RJ - CEP: 20011-901  
 Telefax: (21)2531-2033 - email: cesec@candidomendes.edu.br  
[www.cesec.ucam.edu.br](http://www.cesec.ucam.edu.br)

**APÓIO INSTITUCIONAL**

THE WILLIAM AND FLORE HEWLETT FOUNDATION

**PROJETO GRÁFICO**

Anna Amendola  
[nita@nitadesign.com.br](mailto:nita@nitadesign.com.br)

**FOTOS**

PÁG.01: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)  
 PÁG.05: [www.bigfoto.com](http://www.bigfoto.com)  
 PÁG.09: Damon Hart-Davis/ DHD Multimedia Gallery  
 PÁG.14/15: [www.morguefile.com](http://www.morguefile.com)